

Um perfil sociológico do aluno atual do curso de Pedagogia da FaE/UFMG

A sociological profile of present student in the Pedagogy course of the FaE/UFMG

Henrique Melo Franco Ribeiro¹

Maria José Braga Viana²

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa, cujo objetivo foi traçar um perfil sociológico de alunos do curso de Pedagogia da FaE/UFMG. Para tanto, procedeu-se a uma análise de conteúdo de um *corpus* de 122 autobiografias escolares redigidas por alunos desse curso – 7º/8º períodos dos turnos diurno e noturno, respectivamente, dos anos de 2002 e 2003. O levantamento e a análise dos dados – que foram também organizados em tabelas – se pautaram em três grandes eixos – ou blocos de conteúdo –, propostos *a priori*. O primeiro eixo trabalhou com dados demográficos; o segundo cuidou dos familiares, com foco na escolaridade e ocupação dos pais; enquanto o terceiro processou informações relativas às trajetórias escolares dos investigados, juntamente com os dados sobre a concomitância trabalho/estudos. Alguns traços, dentre outros, marcaram nitidamente “esse” retrato, em termos de sua predominância. Em primeiro lugar, a presença do sexo feminino; em segundo, no passado escolar, a frequência à escola pública e à modalidade técnico/profissionalizante no ensino médio; em terceiro lugar, o forte pertencimento aos meios populares; finalmente, a necessidade de conciliar trabalho e estudo desde o ensino médio. Ressalta-se que um desdobramento dessa investigação está na percepção de que parte significativa desses alunos não tinha, na origem, condições socioculturais e econômicas que fossem favorecedoras do seu acesso ao ensino superior, essa situação se constituindo num dos traços importantes deste perfil.

Palavras-chave: Perfil Sociológico; Trajetórias Escolares; Autobiografias Escolares; Pedagogia

ABSTRACT

This work presents the results of a research that aims to track the sociological profile of students in the Pedagogy course of the FaE/UFMG. It proceeded to an analysis of the contents of a *corpus* of 122 scholastic autobiographies written by students of that course – 7th/8th grades of the daily and nightly shifts, from 2002 and 2003, respectively. The raising and the analysis of the data – that were also organized in tables, lined up in three axes – or blocks of content –,

¹ Aluno do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista/CNPq do OSFE – Observatório Sociológico Família-Escola (Belo Horizonte, Brasil). e-mail: hmf@ufmg.br.

² Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e membro do OSFE (Belo Horizonte, Brasil). e-mail mj.braga@terra.com.br.

proposed previously. The first axis was concerned with the demographic data; the second dealt with families, focusing basically on parents schooling and occupation; while the third processed information relative to the scholastic trajectories which were researched, along with the data about the study profiles. Some of the traits, among others, clearly marked "that" feature, in terms of its predominance: first, the presence of the female sex; second, the schooling background, the frequency to a public school and the modality of technical course in high school; third, the strong belonging to popular trends; finally the necessity to reconcile the work and study since high school. It should be stressed out that one of the purposes of that investigation consists in the perception that significant part of those students did not have, in the origin, sociocultural and economic conditions which were favorable to permit them the access to higher education, that situation constitutes one of the important traits of this profile.

Keywords: Sociological Profile; Scholastic Trajectories; Scholastic Autobiographies; Pedagogy

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca produzir um perfil sociológico do aluno do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e constitui o resultado de uma pesquisa que se vincula a um projeto maior do OSFE,³ o qual possui o interesse mais amplo de compreender a produção do fenômeno da longevidade escolar em meios populares.

O trabalho consistiu em uma análise de conteúdo de um *corpus* de 122 autobiografias escolares redigidas por alunos do curso de Pedagogia da FaE/UFMG, dos turnos diurno e noturno do segundo semestre letivo de 2002 e primeiro de 2003. Tais autobiografias foram propostas para todos(as) os(as) alunos(as) como trabalho final da disciplina Sociologia da Educação, produzidas, portanto, de forma escrita, sob o formato de textos que variam entre 5 e 12 páginas.

O levantamento e a análise dos dados se pautaram em três grandes eixos – ou blocos de conteúdo –, propostos *a priori*. O primeiro eixo trabalha com os dados demográficos; o segundo cuida dos familiares, com foco na escolaridade e ocupação dos pais; e o terceiro processa informações relativas às trajetórias escolares dos investigados, juntamente com os dados sobre a concomitância trabalho/estudos.

Utilizando-nos de uma metáfora, construímos um desenho de um sujeito maior, que é o encontro de todos os perfis individuais que levantamos

³ Observatório Sociológico Família-Escola: grupo de pesquisa criado em 2003 na FaE/UFMG (DECAE).

durante esta pesquisa, ou seja, “tiram uma radiografia” do encontro dos diversos “corpos” que compõem o nosso estudo.

Procuramos dialogar com trabalhos anteriores que, com o mesmo objetivo de construção de um perfil, tomaram o alunado do curso de Pedagogia da FaE/UFMG como objeto de estudo. Resguardou-se, no entanto, as especificidades do contexto histórico de produção dos mesmos. Nesse sentido, encontramos um trabalho de Portes (1988), intitulado *Caracterização do aluno de Pedagogia da FaE/UFMG*, que traz informações sobre o corpo discente de 1986. Outro trabalho que aborda o alunado da FaE/UFMG foi realizado por Santos e Resende (1976) – *Caracterização dos membros da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais: subprojeto II do Projeto de Diagnóstico da FaE*, com informações de 1974. Com uma abrangência um pouco mais ampla, encontramos também o trabalho *O profissional chamado pedagogo: uma tentativa de caracterizar sua profissão na Grande Belo Horizonte*, de autoria de Tambini (1979).

Ressaltamos, ainda, que esse trabalho se insere em um campo de estudos emergente na Sociologia da Educação – o das trajetórias escolares –, na medida em que utiliza autobiografias escolares como fonte de dados.

1. DADOS DEMOGRÁFICOS: UM GRUPO PREDOMINANTEMENTE FEMININO E ACIMA DA FAIXA ETÁRIA “NORMAL”

Com relação aos dados demográficos, levantamos as dimensões de gênero, idade e tamanho da fratria. A primeira informação trabalhada neste texto diz respeito à **questão de gênero** no universo pesquisado (Tabela 1). Essa informação confirma uma tendência: a forte presença do público feminino nesse curso (Tambini, 1979).

De acordo com o *site* da UFMG, o número de inscritos para o curso de Pedagogia no vestibular de 2005 teve a seguinte distribuição quanto ao gênero:

- Pedagogia diurno: 24 homens (3,35%) / 693 mulheres (96,65%)
- Pedagogia noturno: 79 homens (8,51%) / 849 mulheres (91,49%)

Isso demonstra que o público desse curso é fortemente feminino desde o momento da escolha no processo de inscrição no vestibular. Demonstra também uma maior procura, em números absolutos, pelo turno noturno.

Em 1974, tínhamos na FaE/UFMG um percentual de 96,2% de mulheres no curso de Pedagogia (Santos e Resende, 1976). Em 1986, o percentual

feminino encontrado por Portes (1988) foi de 92%. Corroborando esses dados, nesta pesquisa encontramos também um alto percentual de mulheres freqüentando esse curso, 90,98% (Tabela 1).

Sobre a questão mais geral do acesso de homens e mulheres à educação formal e, mais especificamente, ao ensino superior, alguns estudos têm mostrado que, para o caso brasileiro, o desempenho das mulheres já ultrapassou ao dos homens em termos de alguns indicadores, como: aumento de anos de estudos (uma proporção maior de mulheres concluem o ensino médio e superior), de progressão mais regular das trajetórias, de menor defasagem série-idade (Rosemberg, 2001, p. 522).

Silva e Hasenbalg (2000), ao trabalharem com dados das PNADs de 1976, 1986 e 1998, demonstram, da mesma forma, a gradativa conquista das mulheres no campo educacional em relação aos homens. Em 1976, a média de escolaridade das mulheres era relativamente inferior à dos homens, 3,7 e 3,9 anos de estudo, respectivamente. No ano de 1986, essa diferença é reduzida em favor das mulheres, sendo que em 1998 a média de estudos delas inverte-se, passando a ser 3,6% superior a dos homens. Os autores ainda afirmam que

[...] em 1998 a porcentagem de pessoas de 15 a 19 anos cursando o segundo grau era de 31,2% para as mulheres e 23,4% para os homens. No ensino superior, antigo reduto masculino, a situação era semelhante. A proporção de mulheres de 20 a 24 anos nesse nível, 8,6%, era superior aos 6,8% dos homens (Silva e Hasenbalg, 2000, p. 5).

Os estudos sobre a escolarização da perspectiva de gênero mostram também que, a despeito do fenômeno “inesperado, pouco conhecido e instigante do sucesso escolar das mulheres”, sobretudo a partir dos anos 80, não foi rompida a clivagem do acesso diferenciado a cursos mais e menos prestigiosos do ensino superior para elas. Persiste uma separação masculino-feminino no que diz respeito aos ramos de ensino (Marry, 2000; Rosemberg, 2001). Ressalta-se também uma persistência de desigualdades escolares, quando se considera mulheres e homens de distintas origens sociais e de cor/raça (Lima, 1999).

Assim, a respeito da entrada da mulher no mercado de trabalho, Batista e Codo (2000, p. 62) afirmam que “[...] são as profissões que demandam cuidar as primeiras a receber o fluxo de mulheres. Educar, mesmo que profissionalmente, também é sinônimo [de] feminino”. Nesse sentido e conforme a argumentação e demonstração dos dados levantados pelos

autores, os trabalhadores de educação constituem uma categoria majoritariamente feminina: 86,6% (professores, funcionários e especialistas) são mulheres.

Reportando-se ao processo de escolha pelo curso de Pedagogia e à sua clientela, Tambini (1979, p. 94) diz que

[...] as justificativas de escolha do curso atestam a ausência de razões especificamente profissionais, demonstrando que, na realidade, a opção da mulher por um curso superior reflete o processo de divisão social do trabalho, no qual o sexo funciona como critério para ocupações e carreiras socialmente atribuídas ao sexo feminino e isso é tanto mais acentuado, quanto mais baixa é sua origem sócio-econômica.

Ou seja, com base na argumentação de Batista e Codo (2000) e Tambini (1979), a mulher não procura o curso de Pedagogia por razões especificamente profissionais, mas por determinações de gênero, impostas pela divisão social do trabalho.

Tambini (1979) vai mais além ao afirmar que outros fatores a determinar a escolha da mulher pela atuação na Educação são também de origem socioeconômica: as alunas são pertencentes em sua maioria às camadas populares.

No contexto de produção de seu trabalho, Tambini (1979) dizia que, em breve, a clientela do curso de Pedagogia seria exclusivamente feminina. Não verificamos essa hipótese de tendência apontada pela autora. Ao contrário, percebemos um aumento gradativo na procura masculina pelo curso de Pedagogia na FaE/UFMG (Tabela 1), embora consideremos que os estudos que nos fornecem dados sobre o sexo da clientela desse curso (Santos e Resende, 1976; Portes, 1988; Tambini, 1979) tenham sido formulados em contextos históricos diferentes.

Tabela 1:
Distribuição por sexo

Sexo	Número de pessoas	%
Feminino	111	90,98
Masculino	11	9,02
Total	122	100

A segunda informação extraída do tratamento dos dados das autobiografias diz respeito à **idade** dos sujeitos investigados (Tabela 2). Este é um indicativo muito importante quando se quer saber se o fluxo de uma trajetória escolar é linear ou acidentada.

De acordo com Nogueira,

[...] considera-se, de um modo geral, nos estudos sociológicos de trajetórias escolares, que a idade constitui a variável que melhor consegue indicar o fluxo de uma trajetória, no sentido de evidenciar sua fluência ou, ao contrário, seu caráter acidentado ou errático (2002, p. 52).

Podemos verificar, no nosso caso, se esses sujeitos encontram-se na idade “certa” ou “teórica” para estudantes do 7º e 8º períodos do curso de Pedagogia. Nesse sentido, a idade deveria variar em torno dos 21/22 anos. Dentro desta perspectiva, percebemos que a maioria das trajetórias aqui representada sofreu algum tipo de “desvio”, sendo que apenas 9,84% da população estudada desenvolvem sua escolarização em tempo considerado “normal”. Pelo menos 79,51% desses sujeitos tiveram sua entrada tardia no curso de Pedagogia,⁴ ou seja, tiveram algum tipo de interrupção na sua trajetória escolar.

A idade média dos sujeitos analisados gira em torno dos 29 anos de idade.⁵ Num contexto de produção diferente, Portes (1988) conseguiu levantar uma média de idade de 24 anos para os alunos do curso de Pedagogia em 1986. Essa diferença acentuada entre a média de idade atual, a da nossa pesquisa e a de 1988 pode ser explicada pelo fato de a pesquisa de Portes ter sido feita num âmbito mais geral na Faculdade de Educação; ela levantou dados em todos os períodos do curso, o que lhe proporcionou uma heterogeneidade e abrangência de respostas muito maior.

Em nossa pesquisa, a idade dos alunos variou dos 21 aos 50 anos de idade. Constatamos que a faixa etária com o maior número de pessoas foi a de 25-28 anos, com 26,23% da população total, seguida pelas faixas de 23-24 e de 29-31 anos, com 16,39% e 10,65%, respectivamente.

⁴ Não incluímos nessa informação os dados referentes à categoria sem informação.

⁵ Explica-se essa média consideravelmente alta de idade pelo fato de esses sujeitos estarem matriculados nos 7º/8º períodos do curso de Pedagogia. No entanto, essa média de idade poderia ser considerada alta já quando de sua entrada na universidade (deveria girar em torno dos 25/26 anos).

Tabela 2:
Distribuição por idade

Idade	Número de pessoas	%
21-22	12	9,84
23-24	20	16,39
25-28	32	26,23
29-31	13	10,65
32-34	9	7,38
35-40	12	9,84
Acima de 40	11	9,02
Sem Informação	13	10,65
Total	122	100

O terceiro dado que levantamos corresponde ao **número de componentes da fratria** (Tabela 3). A maioria dos alunos investigados tem, pelo menos, um irmão (82,79%).⁶ Um grupo que podemos evidenciar é o de sujeitos com até três irmãos, 50,81% da população estudada. Os outros 49,19% de sujeitos distribuem-se entre aqueles que não possuem irmãos (2,46%), aqueles que têm mais de 3 irmãos (31,98%) e os casos sem informação (14,75%). Ressaltamos que a existência no grupo de 31,98% de famílias com 4 ou mais filhos aponta para a heterogeneidade do mesmo, no que diz respeito ao número de irmãos.

Dados desse tipo são importantes na medida em que podem colaborar com a explicação sobre o sucesso e/ou longevidade escolar dos sujeitos provenientes das camadas populares. De acordo com Bourdieu, o tamanho da fratria "permitiria fazer um cálculo muito preciso das esperanças de vida escolar" (1998, p. 43). Ou seja, quanto menor for o número de irmãos, maiores são as possibilidades de se obter êxito e longevidade escolar. Dentro dessa

⁶ Não incluímos nessa informação os dados referentes à categoria sem informação.

perspectiva, colocamos a hipótese de que 53,27% do total dos sujeitos que investigamos – que possuem a composição da fratria com até três irmãos –, assemelham-se, desse ponto de vista, à média de filhos das famílias das camadas médias.

Nogueira (1991, p. 96) diz que

[...] se a demografia informa que as taxas de fecundidade se apresentam elevadas nas categorias sociais de baixa renda, atingem seu ponto mínimo entre as classes médias e voltam a crescer nas camadas superiores, os sociólogos fazem disso seu ponto de partida para a demonstração de que a reprodução biológica está condicionada aos mecanismos de reprodução das estruturas sociais. E tratam assim de desvendar a lógica social que rege esses comportamentos reprodutivos.

Em estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2000),⁷ que trata sobre a nupcialidade e fecundidade da população brasileira, encontramos a seguinte afirmação sobre as taxas de fecundidade no contexto brasileiro,

"[...] quanto mais alto o rendimento, mais baixa a taxa de fecundidade total, demonstrando dessa forma, que quanto maior a condição econômica das famílias mais aumenta a percepção das mulheres quanto à regulação dos nascimentos." (p. 85)

Pastore (2000) também confirma essa tendência, ao dizer que a "fertilidade das famílias pobres mantém-se elevada".

Essas duas passagens contribuem para a sustentação da hipótese de que parte significativa das famílias dos sujeitos analisados apresenta características semelhantes às das camadas médias, pois demonstram que as camadas populares possuem altas taxas de fecundidade, como também afirma Nogueira (1991). Assim, no caso das famílias estudadas, consideradas por nós como pertencentes às camadas populares,⁸ o que explicaria o fato de uma parcela significativa delas ter tido poucos filhos, indo contra a lógica reprodutiva dominante desse meio social?

⁷ Cf. maiores informações no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade_fecundidade.pdf>.

⁸ Essa ideia será discutida na seção 2.

Tabela 3:
Distribuição por número de irmãos

Número de irmãos	Número de pessoas	%
Nenhum	3	2,46
Um	15	12,29
Dois	30	24,59
Três	17	13,93
Quatro	12	9,84
Cinco	9	7,38
Seis	6	4,92
Acima de seis	12	9,84
Sem Informação	18	14,75
Total	122	100

2. DADOS DOS FAMILIARES: FORTES INDICADORES DE PERTENCIMENTO SOCIAL

Sobre os dados familiares, buscamos informações a respeito da **escolaridade e ocupação dos pais** (tabelas 4, 5, 6 e 7). Informações sobre renda dos pais teriam sido importantes para este bloco de análise; no entanto, não conseguimos dados suficientes nas autobiografias a esse respeito. Essas três informações (escolaridade, ocupação e renda) analisadas de forma agregada dão maiores possibilidades de definir o pertencimento social de determinado indivíduo ou grupo (Pastore e Silva, 2000).

A respeito da **escolaridade dos pais** (tabelas 4 e 5), percebemos uma equiparação entre pais e mães em todos os níveis de ensino. Dos pais, 18,03% não completaram as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental; no caso das mães, 22,95%. Para os que chegaram até as quatro últimas séries do Ensino Fundamental sem concluí-las, os números são expressivos: 54,09% dos pais e 57,37% das mães. Apenas 23,78% dos pais e 22,14% das mães concluíram esse nível de ensino, o antigo ginásial. Dos que tiveram passagem pelo Ensino Médio, ou seja, desde aqueles que entraram nesse nível de ensino e que não o concluíram, até aqueles que se formaram no ensino superior, os números foram 18,04% para os pais e 18,86% para as mães. Tanto no caso

dos pais quanto das mães 8,20% chegaram ao ensino superior, sendo que 7,38% dos pais concluíram esse nível e 6,56% das mães. Analisando os dados sobre a escolaridade dos pais de forma agregada (pais e mães juntos), percebemos que 20,49% não completaram o antigo primário e que, no outro extremo, apenas 6,97% concluíram o ensino superior.

Tabela 4: Escolaridade do pai

Escolaridade do pai		Número de pessoas	%
Analfabeto		6	4,92
1ª à 4ª séries	Incompleto	16	13,11
	Completo	30	24,59
5ª à 8ª séries	Incompleto	14	11,47
	Completo	7	5,74
Ensino Médio	Incompleto	1	0,82
	Completo	11	9,02
Ensino Superior	Incompleto	1	0,82
	Completo	9	7,38
Sem Informação		27	22,13
Total		122	100

Tabela 5: Escolaridade da mãe

Escolaridade da mãe		Número de pessoas	%
Analfabeta		8	6,56
1ª à 4ª séries	Incompleto	20	16,39
	Completo	26	21,31
5ª à 8ª séries	Incompleto	16	13,11
	Completo	4	3,28
Ensino Médio	Incompleto	1	0,82
	Completo	12	9,84
Ensino Superior	Incompleto	2	1,64
	Completo	8	6,56
Sem Informação		25	20,49
Total		122	100

Para o tratamento dos dados sobre a **ocupação dos pais** (tabelas 6 e 7), adotamos o agrupamento das ocupações proposto por Pastore e Silva (2000).⁹ O objetivo da classificação das ocupações, proposto por Silva já em 1973, com os dados da PNAD desse mesmo ano e, posteriormente, com os dados de 1996, foi caracterizar a situação socioeconômica e não o prestígio ocupacional alcançado pelos indivíduos que ocupam as diferentes posições na divisão técnica do trabalho. Ou seja, a escala proposta por Silva é de *status* socioeconômico e não de prestígio ocupacional. Ela utiliza como referenciais empíricos o nível educacional e o nível de rendimentos dos indivíduos dentro de cada estrato ocupacional (Pastore e Silva, 2000).

Assim, detectamos que 8,20% dos pais e 3,57% das mães desenvolveram ocupações manuais de baixa qualificação na zona rural – estrato baixo inferior. Já para as atividades manuais não qualificadas desenvolvidas no meio urbano – estrato baixo superior –, o número continuou o mesmo para o caso dos pais, ou seja, 8,20%, e aumentou para 20,24% no caso das mães.

No estrato médio inferior, temos 22,95% dos pais e 11,90% das mães. No estrato médio médio, que é constituído de trabalhadores não manuais, profissionais de baixo nível e pequenos proprietários, atividades que exigem certa qualificação, o número de pais foi de 20,49%, enquanto que o de mães, nesse mesmo estrato, somou 16,67%.

Já nas ocupações com melhor remuneração e maior *status* social, o número de representantes dessa população é muito baixo. No caso dos pais, 3,28% e 6,56% situam-se no quinto e sexto estratos, respectivamente; no das mães o número é ainda menor, 1,19% desempenharam atividades profissionais de nível médio ou foram médias proprietárias e 3,57% foram profissionais de nível superior ou grandes proprietárias.

De forma agregada, ou seja, reunindo os dados relativos às ocupações tanto dos pais quanto das mães, temos que 37,86% desenvolvem profissões classificadas nos três primeiros estratos ocupacionais, o baixo inferior, o baixo superior e o médio inferior e que, no outro extremo, apenas 7,77% estão no quinto e sexto estratos, o médio superior e o alto.

⁹ Como regras de compatibilização dos nossos dados aos seis estratos definidos pelos autores, adotamos dois critérios: em primeiro lugar, no caso de o título ocupacional ser idêntico, respeitou-se a alocação aos grupos definidos no trabalho original; em segundo, no caso de título ocupacional novo ou discrepante, buscou-se sua alocação em um grupo mais adequado, tanto em termos da descrição da ocupação, quanto da caracterização do grupo.

Tabela 6:
Ocupação dos pais

Grupo Ocupacional	Estrato	Ocupações representativas	Número de pessoas	%
1	Baixo inferior: trabalhadores rurais não qualificados.	Produtores agropecuários autônomos; outros trabalhadores na agropecuária; pescadores	10	8,20
2	Baixo superior: trabalhadores urbanos não qualificados.	Comerciantes por conta própria; vigias; serventes; trabalhadores braçais sem especificação; vendedores ambulantes; empregadas domésticas.	10	8,20
3	Médio inferior: trabalhadores qualificados e semiquilificados.	Motoristas; pedreiros; mecânicos de veículos; marceneiros; carpinteiros; pintores e caladores; soldadores; eletricitistas de instalações.	28	22,95
4	Médio médio: trabalhadores não-manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários	Pequenos proprietários na agricultura; administradores e gerentes na agropecuária; auxiliares administrativos e de escritório; reparadores de equipamentos; praticistas e viajantes comerciais; praças das Forças Armadas.	25	20,49
5	Médio superior: profissionais de nível médio e médios proprietários.	Criadores de gado bovino; diretores, assessores e chefes no serviço público; administradores e gerentes na indústria e no comércio; chefes e encarregados de seção; representantes comerciais.	4	3,28
6	Alto: profissionais de nível superior e grandes proprietários	Empresários na indústria; administradores e gerentes de empresas financeiras, imobiliárias e securitárias; engenheiros; médicos; contadores; professores de ensino superior; advogados; oficiais das Forças Armadas.	8	6,56
Sem Informação			37	30,32
Total			122	100

Tabela 7:
Ocupação das mães

Grupo Ocupacional	Estrato	Ocupações representativas	Número de pessoas	%
1	Baixo inferior: trabalhadores rurais não qualificados.	Produtores agropecuários autônomos; outros trabalhadores na agropecuária; pescadores	3	3,57
2	Baixo superior: trabalhadores urbanos não qualificados.	Comerciantes por conta própria; vigias; serventes; trabalhadores braçais sem especificação; vendedores ambulantes; empregadas domésticas.	17	20,24
3	Médio inferior: trabalhadores qualificados e semiquificados.	Motoristas; pedreiros; mecânicos de veículos; marceneiros; carpinteiros; pintores e caiadores; soldadores; eletricitistas de instalações.	10	11,90
4	Médio médio: trabalhadores não-manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários	Pequenos proprietários na agricultura; administradores e gerentes na agropecuária; auxiliares administrativos e de escritório; reparadores de equipamentos; praticistas e viajantes comerciais; praças das Forças Armadas.	14	16,67
5	Médio superior: profissionais de nível médio e médios proprietários.	Criadores de gado bovino; diretores, assessores e chefes no serviço público; administradores e gerentes na indústria e no comércio; chefes e encarregados de seção; representantes comerciais.	1	1,19
6	Alto: profissionais de nível superior e grandes proprietários	Empresários na indústria; administradores e gerentes de empresas financeiras, imobiliárias e securitárias; engenheiros; médicos; contadores; professores de ensino superior; advogados; oficiais das Forças Armadas.	3	3,57
Sem Informação			36	42,86
Total*			84	100

* O número total nessa tabela é menor que o número de pessoas pesquisadas (122), pois 38 mães são donas de casa, não pertencendo, portanto, à População Economicamente Ativa.

Em suma, percebemos que tanto o grau de escolaridade quanto a ocupação dos pais (colocada na escala de hierarquia adotada nesse trabalho) podem ser considerados baixos, correspondentes ao de pessoas oriundas das classes sociais mais desfavorecidas. Quanto ao nível de escolarização desses sujeitos, podemos concluir, com base em Silva e Hasenbalg (2000), que o mesmo se "encaixa" na média nacional. De acordo com esses autores, se comparado com países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, o Brasil

apresenta um desempenho educacional insatisfatório, representado pelo baixo nível educacional da população e sua desigual distribuição.

3. TRAJETÓRIAS ESCOLARES: A MARCA DA PASSAGEM PELA ESCOLA PÚBLICA

Nesta seção analisamos dados relativos a redes e modalidades de ensino freqüentadas (essas últimas durante o ensino médio), quantidade de reprovação no ensino básico, freqüência a cursinho pré-vestibular, quantidade de tentativas de vestibular, escolha do curso universitário – no conjunto e no 1º vestibular –, razão da escolha pela UFMG, concomitância trabalho/estudos.

Os dados identificados em nosso estudo acerca das **redes de ensino freqüentadas** pelos alunos pesquisados (tabelas 8 e 9) comprovam a tendência apontada por Braga (s.d.) a respeito da forte presença do ensino público na trajetória dos estudantes de Pedagogia da UFMG. Além disso, informações contidas no site do Centro de Computação da UFMG (CECOM) informam que os alunos que ingressaram nesse curso em 2003 cursaram integralmente, ou em sua maior parte, o Ensino Médio em escola pública, 72,73% dos alunos do turno diurno e 80,33% do noturno. Situando o fenômeno num contexto mais amplo, dados do censo escolar do INEP de 2002 mostram que 87,52% das matrículas no ensino básico em todo o país são em escolas públicas.

No caso da nossa pesquisa, encontramos os seguintes resultados: da 1ª à 4ª séries, 76,39% dos alunos estudaram em escolas públicas (57,27% na rede estadual de ensino, 18,18% na rede municipal e 0,91% em escolas militares). Já de 5ª à 8ª série, essa porcentagem diminuiu para 69,80% (51,93% na rede estadual, 26,92% na rede municipal e 6,73% em escolas militares). Com relação ao ensino médio, o número de alunos que estudou em escolas públicas sofre mais um decréscimo; passa a ser 67,91% do total (36,26% na rede estadual de ensino, 24,18% na rede municipal, 10,99% em escolas militares e 6,59% na rede federal). Dentro dessa perspectiva, verificamos que os alunos do curso de Pedagogia da FaE/UFMG, de acordo com dados apresentados pelo CECOM/UFMG e por esta pesquisa, estão situados dentro do padrão nacional, ou seja, são alunos provenientes das escolas públicas.

Uma análise que podemos fazer desses dados é que a trajetória desses sujeitos não seguiu, em sua maioria, "a estrutura dicotômica de funcionamento do sistema educacional", ou seja, aquilo que o economista Paulo Renato

Souza (1990/1991) chama de "circuito virtuoso" – freqüência a escolas privadas no nível da educação básica e, em seguida, ensino superior público – ou "circuito vicioso" – freqüência a escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, seguidas de faculdades particulares. A grande maioria freqüentou instituições públicas, 71,43%, contra os 28,10% que estudaram em escolas particulares.

Tabela 8:
Rede de ensino freqüentada

Grupo Ocupacional	Estrato	Ocupações representativas	Número de pessoas	%
1	Baixo inferior: trabalhadores rurais não qualificados.	Produtores agropecuários autônomos; outros trabalhadores na agropecuária; pescadores	3	3,57
2	Baixo superior: trabalhadores urbanos não qualificados.	Comerciantes por conta própria; vigias; serventes; trabalhadores braçais sem especificação; vendedores ambulantes; empregadas domésticas.	17	20,24
3	Médio inferior: trabalhadores qualificados e semiquilificados.	Motoristas; pedreiros; mecânicos de veículos; marceneiros; carpinteiros; pintores e caiadores; soldadores; eletricitistas de instalações.	10	11,90
4	Médio médio: trabalhadores não-manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários	Pequenos proprietários na agricultura; administradores e gerentes na agropecuária; auxiliares administrativos e de escritório; reparadores de equipamentos; praticistas e viajantes comerciais; praças das Forças Armadas.	14	16,67
5	Médio superior: profissionais de nível médio e médios proprietários.	Criadores de gado bovino; diretores, assessores e chefes no serviço público; administradores e gerentes na indústria e no comércio; chefes e encarregados de seção; representantes comerciais.	1	1,19
6	Alto: profissionais de nível superior e grandes proprietários	Empresários na indústria; administradores e gerentes de empresas financeiras, imobiliárias e securitárias; engenheiros; médicos; contadores; professores de ensino superior; advogados; oficiais das Forças Armadas.	3	3,57
Sem informação			36	42,86
Total*			84	100

* O total ultrapassa o número de pessoas pesquisado, pois há, nesse caso, a possibilidade da rotatividade nas redes de ensino dentro dos três níveis.

Tabela 9:
Frequência à rede pública por dependência administrativa

N. E. ¹	Escola Pública									
	Municipal		Estadual		Federal		Militar		Sem Informação	
	N. P.	%	N. P.	%	N. P.	%	N. P.	%	N.P.	%
1ª à 4ª	20	18,18	63	57,27	-	-	1	0,91	26	23,64
5ª à 8ª	28	26,92	54	51,93	-	-	7	6,73	15	14,42
E. M. ²	22	24,18	33	36,26	6	6,59	10	10,99	20	21,98

1 N. E. = Níveis de ensino

2 E. M. = Ensino Médio

Com relação à **modalidade de ensino freqüentada** por esses alunos durante o Ensino Médio (Tabela 10), a pesquisa nos mostra que 50% fizeram curso técnico/profissionalizante, 37,70% freqüentaram o ensino propedêutico e 9,84% fizeram as duas modalidades (ensino propedêutico e técnico/profissionalizante). Os dados sem informação somam 2,46% do total.

Tabela 10:
Ensino Médio

Modalidade de ensino	Número de pessoas	%
Ensino técnico/profissionalizante	61	50,00
Ensino propedêutico	46	37,70
Os dois	12	9,84
Sem Informação	3	2,46
Total	122	100

Daqueles que fizeram curso técnico/profissionalizante, concomitantemente, ou não, ao ensino propedêutico, 59,46% fizeram o curso de magistério, 18,92% o curso técnico em contabilidade, 5,41% em processamento de dados e em administração e o restante ficou disperso em cursos técnicos como química, patologia clínica, eletrônica, edificações, entre outros.

Constatamos nas falas de alguns sujeitos que a escolha da maioria pelo curso técnico/profissionalizante inviabilizou o contato deles com as matérias que constam no processo seletivo da UFMG, o que trouxe dificuldades no momento do vestibular.

Quanto à questão da presença de reprovação ao longo da trajetória escolar (Tabela 11) dos sujeitos investigados, a grande maioria deles, 68,03%, não teve qualquer repetência ao longo do ensino básico; 13,93% tiveram uma repetência; e 11,48%, duas.

Assim, cruzando esses dados com os de escolaridade e ocupação dos pais, acima referidos – que consideramos fortes indicadores de pertencimento social –, outra possibilidade de interpretação para os dados relativos ao processo de escolarização desses sujeitos é a de que se constituíram em situações de "sucesso escolar" em meios populares. Essas situações estão sendo, assim, consideradas bem sucedidas, tanto em função do êxito escolar que tiveram ao longo do ensino básico, como pelo seu acesso ao ensino superior. Consideramos, ainda, que o bom rendimento escolar inicial dos sujeitos investigados pode explicar, em parte, essas situações (Bourdieu, 1998; D'Ávila, 1998; Portes, 2000; Viana, 1998, 2000; Zago, 2000). A esse respeito, assinala Viana (2000), em seu estudo acerca das condições que possibilitam longevidade escolar em meios populares: "[...] o êxito escolar inicial – mas também os intermediários – [constituem-se] como circunstâncias produtoras de sentidos, disposições e práticas [...] para a continuidade dos estudos" (p. 51).

Tabela 11:
Reprovação no Ensino Básico

Número de repetências	Número de pessoas	%
Nenhuma	83	68,03
Uma	17	13,93
Duas	14	11,48
Três	3	2,46
Sem Informação	5	4,10
Total	122	100

Outro dado constatado foi a frequência de 69,77% dos sujeitos investigados a **cursinho pré-vestibular** como estratégia para o acesso ao ensino superior (Tabela 12).

Dados agregados do CECOM/UFMG sobre o processo de vestibular do período de 2003 a 2005 dos alunos que entraram para o curso de Pedagogia nos mostram que 74,24% dos alunos do diurno e 71,13% do noturno frequentaram cursinho pré-vestibular. Esses dados estão muito próximos dos levantados nesta pesquisa (69,77%), confirmando uma alta procura por estudantes desse curso a esse tipo de serviço de reforço escolar para entrada em uma universidade pública de qualidade como a UFMG.

Tabela 12: Cursinho pré-vestibular

Uso de pré-vestibular	Número de pessoas	%
Sim	85	69,77
Não	29	23,77
Sem Informação	8	6,56
Total	122	100

Já no que diz respeito à **quantidade de tentativas de vestibular** (Tabela 13), podemos verificar a quantidade de alunos que passaram no primeiro ano de tentativa, e assim sucessivamente. Os dados nos mostram que 32,79% dos alunos pesquisados fizeram apenas uma tentativa; 38,52% tentaram por dois anos; 16,39% por três anos e 9,02% por mais de três anos. Os dados sem informação somaram 3,28% do total.

Tabela 13: Quantidade de tentativas no vestibular

Número de tentativas no vestibular	Número de pessoas	%
Uma	40	32,79
Duas	47	38,52
Três	20	16,39
Acima de três	11	9,02
Sem Informação	4	3,28
Total	122	100

Dessas tentativas, apenas 36,06% do total de alunos tiveram o curso de Pedagogia como **primeira escolha** (Tabela 14). Isso nos indica que esse curso não constituiu prioridade para, pelo menos, 54,10%¹⁰ desses sujeitos e que, como hipótese, a escolha por esse curso por uma parte significativa dos alunos investigados deve-se às tentativas frustradas por outras opções mais prestigiosas e/ou desejadas e, conseqüentemente, pela baixa relação candidato/vaga e pontuação que o curso requer. Pastore (1972) tem a mesma conclusão que a nossa, ao analisar o crescimento do ensino superior em São Paulo. Ele afirma que

[...] o curso de pedagogia tem sido considerado quase sempre como uma segunda opção dos alunos que nele ingressam. Em geral são alunos que não conseguiram entrar em outros cursos ou que chegaram à conclusão de fazer pedagogia por exclusão. Acrescente-se ainda que um grande número de normalistas que não encontraram colocação no mercado de trabalho, 'resolvem' o seu problema de desemprego continuando os estudos e ingressando nos cursos de pedagogia (Pastore, 1972, p. 106).

Quando o curso de Pedagogia não foi a primeira escolha (pelo menos 54,10% dos sujeitos pesquisados), a opção foi, pela ordem, pelos cursos que se seguem: Psicologia (19,70%); Direito (16,67%); Ciência da Computação e Odontologia (6,07% cada um); Ciências Contábeis, Comunicação Social, Farmácia, Medicina e Medicina Veterinária (4,55% cada um); Administração, Ciências Biológicas, História e Letras (3,05% cada um); os demais cursos com 1,51% das opções – Agronomia, Artes Cênicas, Educação Física, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Turismo e Zootecnia.

Tabela 14: Escolha do curso universitário no 1º vestibular

Curso	Número de pessoas	%
Pedagogia	44	36,06
Outros	66	54,10
Sem Informação	12	9,84
Total	122	100

¹⁰ Não incluímos nessa informação os dados referentes à categoria sem informação.

A razão da escolha pela UFMG (Tabela 15) apontada por esses sujeitos foi, em sua maioria, em função da oferta gratuita do curso (37,84%). A opção pelo prestígio da instituição (18,92%) ficou em segundo lugar, seguida pela qualidade do ensino/corpo docente (6,67%) e pela localização geográfica (0,67%). Em alguns casos, que não explicitamos aqui a frequência, podemos falar em superposição de razões.

Vale ressaltar, assim, o fato de esses alunos procurarem a UFMG, em primeiro lugar, por ser uma instituição pública. Ou seja, a escolha talvez se deva pela falta de condições de estudarem em uma instituição paga, ou, em outros termos, de ser essa a única possibilidade, para muitos, de terem acesso ao ensino superior.

Tabela 15:
Razão da opção pela UFMG

Razão da opção pela UFMG	Número de pessoas	%
Gratuidade	56	37,84
Prestígio	28	18,92
Qualidade do ensino/corpo docente	10	6,67
Localização geográfica	1	0,67
Sem Informação	53	35,81
Total*	148	100

* O total ultrapassa o número de pessoas pesquisados, pois algumas delas optaram pela UFMG por mais de um dos motivos expostos.

Sobre a presença do trabalho na trajetória escolar (Tabela 16), os dados podem nos informar sobre a necessidade de esses sujeitos trabalharem tanto para custear os gastos com a própria educação quanto para ajudarem no orçamento familiar. Desde o ensino fundamental já aparece a situação do trabalho, numa frequência menor, embora não desprezível (19,67%), situação que se torna mais presente à medida que se avança nos estudos. O certo é que, no ensino superior, a maioria (77,05%) teve de conciliar, em algum momento, os estudos com o trabalho.

Tabela 16:
Concomitância trabalho/estudos

Níveis de ensino	Presença de trabalho					
	Sim		Não		Sem Informação	
	N.P.	%	N.P.	%	N.P.	%
Ens. Fundamental	24	19,67	51	41,80	47	38,53
Ens. Médio	50	40,98	30	24,59	42	34,43
Ens. Superior	94	77,05	11	9,02	17	13,93

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, destacamos três pontos que constituiriam traços importantes do perfil sociológico que esboçamos.

4.1. Esboço sumário de um retrato

O aluno do curso de Pedagogia da FaE/UFMG é majoritariamente do sexo feminino, com uma média de idade de 29 anos no momento de finalização do curso – 7º/8º períodos, diurno e noturno, respectivamente –, nascido, predominantemente, em uma família de até quatro filhos.

A escolaridade, tanto do pai quanto da mãe, é baixa; a maioria não concluiu as séries finais do ensino fundamental. Cruzando escolaridade e ocupação, detectamos que pais e mães situam-se, em sua grande maioria, nos três primeiros estratos ocupacionais – "baixo inferior", "baixo superior" e "médio inferior".

Das trajetórias escolares desses sujeitos, destacamos os seguintes traços mais importantes. Em primeiro lugar, a maioria frequentou a escola pública, com relativa vantagem da rede estadual sobre as redes municipal e federal de ensino. Em segundo lugar, a grande maioria optou (ou foi obrigada a optar) por cursar, no Ensino Médio, a modalidade técnico/profissionalizante. Nesse contexto, como se poderia supor pela aproximação ao campo da Pedagogia, a grande procura foi pelo curso de magistério. Em terceiro lugar, boa parte desses sujeitos empreendeu uma escolarização básica bem-sucedida, no sentido de que não sofreu qualquer reprovação nesse nível.

Finalmente, na travessia para o ensino superior, grande parte frequentou o cursinho pré-vestibular, não tendo sido sempre o curso de Pedagogia a primeira opção. A razão da escolha pela UFMG reside, sobretudo, no fato de a instituição oferecer ensino gratuito.

O alunado do curso de Pedagogia trabalha e estuda, começando a incursionar no mercado de trabalho desde o Ensino Médio. Há também indícios de trabalho durante o Ensino Fundamental, embora em menor proporção.

4.2. Pertencimento às camadas populares

Esse quadro nos permite afirmar, com uma grande margem de acerto, que o aluno do curso de Pedagogia da FaE/UFMG é proveniente, em sua maioria, das camadas populares. Muitos desses jovens, em suas autobiografias, relatam as dificuldades, materiais e simbólicas, para chegarem à universidade. Ressaltamos como principais indicadores dessa origem social o nível de escolaridade e a ocupação dos pais, descritos ao longo do trabalho; a necessidade de conciliar trabalho e estudo por parte desse aluno; bem como a passagem pela escola pública.

Além disso, no ponto de partida desta pesquisa, já contávamos com dados que nos permitiram supor, *a priori*, que a maioria dos alunos do curso de Pedagogia da FaE/UFMG advém das camadas populares e que são oriundos de escola pública.¹¹

4.3. Casos de "longevidade escolar" em meios populares: um traço do perfil

Uma vez que a Sociologia da Educação já comprovou largamente a correlação existente entre origem social desfavorecida e "fracasso" escolar, a entrada desses alunos na universidade – e, particularmente, na UFMG – pode ser considerada como pouco provável estatisticamente, no ponto de partida. Não buscamos nesse trabalho discutir as condições que possibilitaram a esses alunos chegarem onde chegaram em sua trajetória escolar, quando as condições socioculturais e econômicas de origem eram desfavorecedoras. Outros estudos, para nos referirmos apenas aos realizados no Brasil, se dedicaram a fazê-lo (Portes, 1993; Silva, 1999; Viana, 1998). Esses

¹¹ Cf. Braga, s.d. e Peixoto, 2001.

pesquisadores investigaram empiricamente sujeitos também oriundos de famílias populares, mas inseridos em contextos de outros cursos e instituições de ensino superior.

Concluimos também que os sujeitos investigados, pelo menos no que diz respeito ao nível de escolarização de uma porção significativa de pais, empreenderam um processo de mobilidade intergeracional ascendente. Apenas 8,20% dos pais chegaram à universidade, enquanto outros 70,49% não tiveram acesso a esse nível de ensino.¹² Pastore e Silva (2000) afirmam que há uma estreita relação entre o aumento da "mobilidade circular",¹³ que é própria dos sistemas mais competitivos, como o capitalista, e a melhoria educacional. O nível da escolaridade dos filhos, no caso dessa pesquisa, transformou-se em fator determinante de ascensão social e cultural.

Mas os dados nos permitem tratar esse grupo na perspectiva apontada por Bourdieu (1998b) de "excluídos do interior". Apesar de terem permanecido no sistema de ensino e alçado o ensino superior, encontram-se num curso de menor prestígio social. Estudos têm mostrado a existência de clivagens de gênero e pertencimento social, variáveis consideradas nesse trabalho – mas também de raça/cor –, no acesso a cursos de nível superior mais e menos prestigiados. Para o caso brasileiro e considerando apenas a clivagem de gênero, Rosemberg (2001) aponta a separação masculino-feminino no que diz respeito aos ramos de ensino.

O que ressaltamos aqui é o fato de que uma porção significativa desses alunos constituem, por um lado, casos de "longevidade escolar" em meios populares e, assim, de mobilidade social e cultural ascendente; e por outro, de uma outra perspectiva, situações de "exclusão branda".

¹² Esses dados constituem informações agregadas sobre o nível de escolaridade dos pais e das mães, porém, não estão incluídos os valores referentes à categoria "sem informação".

¹³ *Mobilidade circular* é aquela que, para que alguns consigam ascender socialmente, outros, dentro de um determinado número de vagas existentes no mercado de trabalho, deverão descer nos estratos ocupacionais, se aposentar ou morrer. Já outro tipo de mobilidade experimentada pela população brasileira foi a mobilidade estrutural. Nesta, para que alguém suba, não é necessário que outros desçam na pirâmide social. Este tipo de mobilidade ocorreu quando "[...] muitos brasileiros ascenderam socialmente, com pouca educação. Eles preencheram as oportunidades de trabalho de qualidade superior às que havia no ambiente social de origem. Foram as vagas abertas pela industrialização (décadas de 50 e 60) e a expansão do setor público, comércio, empresas estatais e atividades financeiras (décadas de 60 e 70)" (Pastore, 2000).

REFERÊNCIAS

- BATISTA, A. S.; CODO, W. Crise de identidade e sofrimento. In: CODO, W. (Coord.). *Educação: carinho e trabalho*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 60-85.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998a. p. 39-64.
- BOURDIEU, P. Os excluídos do interior. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998b. p. 217-227.
- BRAGA, M. M. et al. *Tendências da demanda pelo ensino superior: um estudo de caso da UFMG*. [s.n.t.]
- CECOM/UFMG. *Censo socioeconômico*. Disponível em: < http://www.cecom.ufmg.br/aplic_censose.shtml >. Acesso em: maio de 2005.
- COPEVE/UFMG. *Estatísticas*. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/copeve/estats>>. Acesso em: março 2005.
- D'ÁVILA, J. L. P. Trajetória escolar: investimento familiar e determinação de classe. *Educação & Sociedade*, ano XIX, n. 62, abr. 1998.
- IBGE. *Censo Demográfico – 2000: nupcialidade e fecundidade*. 2000. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade_fecundidade.pdf>. Acesso em: março 2005.
- LAHIRE, B. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.
- LIMA, M. Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do VALLE; LIMA, M. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- MARRY, C. Filles et garçons à l'école. In: VAN-ZANTEN, A. (Org.). *L'école: état des savior*. Paris: La Découverte, 2000. p. 283-292.
- NOGUEIRA, M. A. Estratégias de escolarização em famílias de empresários. In: ALMEIDA, A. M. F.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- NOGUEIRA, M. A. Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais: notas em vista da construção do objeto de pesquisa. *Teoria & Educação*, n. 3, 1991.
- PASTORE, J.; SILVA, N. V. da. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- PASTORE, J. *O Banco Mundial e a pobreza*. 2000. Disponível em: <<http://www.josepastore.com.br/artigos/emprego/097.htm>>. Acesso em: abril 2005.
- _____. *O ensino superior em São Paulo: aspectos quantitativos e qualitativos de sua expansão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972. v. 3.

PEIXOTO, M. do C. de L. A evasão do ciclo básico da UFMG. ENCONTRO DE PESQUISA DA FAE, VI, 1999, Núcleo de Apoio à Pesquisa, Belo Horizonte. *Anais...* mesa redonda – apresentação de pesquisas. Belo Horizonte, FaE/UFMG, 2001. p. 301-305.

PORTES, E. A. *Trajetórias e estratégias escolares do universitário das camadas populares*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

PORTES, I-M. G. de O. *Caracterização do aluno de Pedagogia da FaE-UFMG*. Belo Horizonte, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1988. (Mimeo.)

ROSEMBERG, F. Educação formal: mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Estudos Feministas*, ano 9, 2º sem./2001.

SANTOS, M. M.; REZENDE, R. M. B. da S. *Caracterização dos membros da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais: subprojeto II do Projeto de Diagnóstico da FaE – Programa de Diretrizes para a FaE no quadriênio 1973/1976*. Belo Horizonte, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1976.

SILVA, J. de S. e. *Por que uns e não outros?* – Caminhada de estudantes da Maré para a Universidade. Tese (Doutorado em Educação), PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, N. do V.; HASENBALG, C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: abr. 2005.

SOUZA, P. R. A universidade e a crise na educação. *Revista da USP*, n. 8, p. 27-32, dez./jan./fev. 1990-1991.

TAMBINI, M. I. S. B. *O profissional chamado pedagogo: uma tentativa de caracterizar sua profissão na grande Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1979.

VIANA, M. J. B. *Longevidade escolar em família de camadas populares: algumas condições de possibilidade*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

VIANA, M. J. B. Longevidade escolar em família de camadas populares: algumas condições de possibilidade. In: NOGUEIRA, M. A. *et al. Família & Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZAGO, N. Quando os dados contrariam as previsões estatísticas: os casos de êxito escolar nas camadas socialmente desfavorecidas. *Paidéia*, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, jan./jul. 2000.

Recebido: 07/11/05

Aprovado: 15/02/06